



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638727 - SP (2021/0001845-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : HELIO DA SILVA SANCHES
ADVOGADO : HÉLIO DA SILVA SANCHES - SP224750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADILSON DA SILVA MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADILSON DA SILVA MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501780-70.2019.8.26.0571).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a nulidade do feito desde a audiência de instrução e julgamento realizada em 16/4/2020 em razão da ausência do paciente.

Aduz que "os autos de origem devem ser nulificados desde a audiência de IDJ realizada em 16.04.2020 e, conseqüentemente, deve ocorrer a revogação de sua custódia processual, face flagrante excesso de prazo, máxime se considerarmos que o paciente se encontra com seu *status libertatis* cerceado desde 07.12.2019, ou seja, 13 (treze) meses".

Defende que o paciente faz jus à causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 haja vista a ausência de indícios que demonstrem sua dedicação ao tráfico ou participação em organização criminosa, bem como em razão da sua primariedade.

Pleiteia, ainda, o abrandamento do modo prisional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja declarado nulo o feito de origem desde a audiência de IDJ realizada em 16/4/2020 ou para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente